

Sumário

Introdução	1
1. Parte 1: Aspectos gerais da tributação corporativa e do tratamento contábil de concessões de serviços públicos	5
1.1 Tributação do lucro	7
1.1.1 Noções gerais	7
1.1.2 Regime do lucro real.....	10
1.1.2.1 Base de cálculo	10
1.1.2.2 Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	16
1.1.2.3 Alíquotas	18
1.1.2.4 Periodicidade de apuração	18
1.1.2.5 Obrigatoriedade de apuração pelo lucro real	21
1.1.2.6 Tributação das concessionárias de serviços públicos.....	22
1.1.3 Regime do lucro presumido	24
1.1.3.1 Possibilidade de opção pelo lucro presumido.....	24
1.1.3.2 Base de cálculo.....	25
1.1.3.3 Alíquota	28
1.1.3.4 Periodicidade de apuração	29
1.1.3.5 Necessidade de escrituração contábil	29
1.1.3.6 Tributação das concessionárias de serviços públicos.....	31

1.2 Tributação da receita	32
1.2.1 Noções gerais.....	32
1.2.2 Regime não cumulativo.....	35
1.2.2.1 Aplicação	35
1.2.2.2 Base de cálculo	35
1.2.2.3 Alíquotas	40
1.2.2.4 Não cumulatividade: desconto de créditos	41
1.2.2.5 Creditamento em relação a insumos: conceito e panorama da discussão	44
1.2.2.6 Periodicidade de apuração.....	47
1.2.2.7 Tributação das concessionárias de serviços públicos	48
1.2.3 Regime cumulativo	51
1.2.3.1 Aplicação	51
1.2.3.2 Base de cálculo	52
1.2.3.3 Alíquota.....	58
1.2.3.4 Periodicidade de apuração.....	59
1.2.3.5 Tributação das concessionárias de serviços públicos	59
1.3 Aspectos contábeis da concessão de serviço público.....	59
1.3.1 Noções gerais.....	59
1.3.2 Antecedentes: modelo pré-IFRS	65
1.3.3 ICPC 01 / IFRIC 12.....	66
1.3.4 Alterações decorrentes do CPC 47	69
1.3.5 Modelos de contabilização – OCPC 05	71

1.3.5.1 Transmissora de energia.....	72
1.3.5.1 Distribuidora de energia.....	78
2. Parte 2: Tratamento tributário das transmissoras de energia elétrica.....	83
2.1 Noções gerais.....	83
2.2 Transmissoras sujeitas ao regime do lucro real.....	86
2.2.1 Lei nº 12.973/2014: tratamento do ativo financeiro de concessão.....	86
2.2.1.1 Receita de construção registrada em contrapartida de ativo financeiro	86
2.2.1.2 IN RFB nº 1.700/2017: R/V	89
2.2.1.3 PIS/COFINS: regime de reconhecimento de receitas e apropriação de créditos.....	106
2.2.2 Discussões específicas.....	114
2.2.2.1 Ajustes relacionados ao CPC 47	114
2.2.2.2 Inconstitucionalidade do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014	120
2.2.2.3 Apuração pelo regime cumulativo de contratos com preços predeterminados.....	131
2.2.2.4 Mudança do regime do lucro real para o lucro presumido	137
2.3 Transmissoras sujeitas ao regime do lucro presumido	151
2.3.1 Tributação conforme o recebimento: importância da RAP	151
2.3.2 Discussões específicas.....	156
2.3.2.1 Margem de presunção para a atividade de transmissão de energia	156

2.3.2.2 Opção pelo regime do lucro presumido durante a fase de construção	166
2.3.2.3 Mudança do regime do lucro presumido para o lucro real	168
3. Parte 3: Tratamento tributário das distribuidoras de energia elétrica...	171
3.1 Noções gerais	171
3.2 Lei nº 12.973/2014: aplicação para o modelo “bifurcado”	172
3.2.1 Ativo intangível: tratamento do resultado de construção e das despesas de amortização	172
3.2.2 Ativo financeiro: tratamento do resultado de construção...	177
3.3 PIS/COFINS.....	178
3.3.1 Receita de construção registrada em contrapartida de ativo intangível.....	178
3.3.2 Natureza jurídica da atividade de distribuição de energia	179
3.3.3 Apropriação de créditos relacionada ao ativo intangível.....	180
3.3.4 Creditamento acelerado.....	186
3.4 Discussões específicas	192
3.4.1 Perdas não técnicas de energia elétrica: dedutibilidade para fins do IRPJ e da CSLL	192
3.4.1.1 Conceito de perdas não técnicas de energia elétrica	193
3.4.1.2 Dedutibilidade do custo da energia adquirida.....	197
3.4.1.3 Posicionamento das autoridades fiscais e do CARF.....	198
3.4.1.4 Análise crítica da questão	206
3.4.2 Perdas não técnicas de energia elétrica: estorno de créditos de PIS e de COFINS.....	239

3.4.3 Tratamento tributário da CVA	244
3.4.4 Dedutibilidade de “multas regulatórias”	256
3.4.5 Tributação do reembolso da CCC.....	262
3.4.6 Tributação de indenização de bens reversíveis.....	269
3.4.7 ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: tese do Século e seus reflexos	274